

Maria Clara Oliveira¹ 

Tiago Oliveira² 

Universidade de Coimbra, Portugal

Apresentação do número especial “Trabalho e Proteção Social na América Latina: desenvolvimentos recentes e os desafios diante da crise pandêmica”

A *Brazilian Journal of Latin American Studies* (BJLAS) tem o prazer de apresentar a edição de número 40 da revista especializada em estudos sobre a América Latina e o Caribe. Esta edição, proposta à revista pelos coordenadores do Dossiê, intitula-se **“Trabalho e Proteção Social na América Latina: desenvolvimentos recentes e os desafios diante da crise pandêmica”** e foi desenvolvida no âmbito do projeto “ART 63: O direito à segurança social e a crise – o retrocesso social como normalização do estado de exceção financeira”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal).

As contribuições que compõem a presente edição dão-se sob o pano de fundo da grave crise social e econômica que assola atualmente os países latino-americanos. A segunda década do século XXI foi um marco de inflexão na trajetória econômica e social desses países. A crise das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos, em 2008, seguida da crise do Euro dois anos mais tarde, reverteram o cenário externo favorável e, conseqüentemente, os avanços sociais e do mercado de trabalho iniciados na década anterior, à medida que se fizeram sentir os efeitos recessivos e os constrangimentos econômicos provocados pela desaceleração do

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professora auxiliar convidada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC, Portugal), investigadora associada ao Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IDEFF, Portugal) e pesquisadora associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM, Brasil). email: c.oliveira@fe.uc.pt

² Doutor em Desenvolvimento Económico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil). Realizou pós-doutorado e é investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC, Portugal). email: tiagooliveira@ces.uc.pt

crescimento da economia mundial e pela queda dos preços dos itens exportados dos países da região.

No âmbito interno, políticas de austeridade econômica e a conflagração de um ambiente político crescentemente polarizado, alimentado por um amplo descontentamento social e descrédito com relação às instituições políticas e de representação de interesses tradicionais, auxiliaram na deterioração da situação socioeconômica latino-americana, expressa no aumento da desigualdade, da pobreza e da extrema pobreza, do desemprego e de formas precárias de inserção laboral.

A pandemia do COVID-19, e as medidas de quarentena e de distanciamento físico adotadas para a contenção da proliferação do vírus, provocaram choques de oferta e de demanda agregada que reduziram ou paralisaram fluxos de produção e de renda na economia, desencadeando uma crise econômica e social com poucos precedentes, nomeadamente na região latino-americana, que já se defrontava com um processo de fragilização de suas estruturas econômicas e sociais, para além de suas carências históricas.

O presente número especial tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão da atual situação social e econômica latino-americana em um contexto de crise pandêmica, assim como apoiar a reflexão sobre alternativas econômicas e de políticas públicas no âmbito do trabalho e da proteção social, capazes de dar respostas de curto, de médio e de longo prazo aos problemas históricos da região e agravados pela pandemia do COVID-19.

O primeiro artigo, intitulado **“PADRÕES DE RESPOSTAS AO COVID-19 EM PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA”**, é de autoria de Thiago Brandão Peres, doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e sociólogo na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação CEPERJ), e de Adalberto Cardoso, professor no IESP-UERJ. Nele, os autores

questionam a utilização do número de mortos por habitantes (e estatísticas relacionadas) como único critério para avaliar a efetividade das políticas nacionais de combate à crise pandêmica. Com efeito, após constatarem que constrangimentos estruturais, como taxas de mortalidade infantil ou de informalidade, são pouco relevantes para a compreensão dos distintos patamares de mortes por milhão de habitantes apresentado pelos países latino-americanos, os autores concluem, a partir da análise de onze casos nacionais, que os países da região com responsabilidade coletiva na gestão da crise (conceito que os autores desenvolvem no artigo) e coordenação central dos diferentes níveis de governo apresentaram desempenho mais satisfatório no combate aos efeitos da crise que os países que optaram pela escolha individual e demonstraram uma fraca capacidade de coordenação de políticas.

A segunda contribuição foi elaborada por Ana Beatriz Jesus, mestranda em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), e Bruna Coelho, doutoranda em Direito e em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). O artigo **“ORGANIZAÇÕES E DISPUTAS NARRATIVAS PELAS LENTES DOS ENTREGADORES NAS PARALISAÇÕES DE 2020 NA AMÉRICA LATINA”** aborda as greves dos entregadores vinculados a plataformas digitais na região latino-americana, debruçando-se sobre as convocatórias de greve e analisando o modo como as diferentes organizações se articulam. As autoras analisam a construção das convocatórias, mostrando que estas tendem a agregar um número cada vez maior de organizações, a apresentar o movimento como internacional (ex. convocatórias publicadas em vários idiomas) e a ligá-lo a discussões mais amplas (ex. menções ao capitalismo e à exploração dos trabalhadores), e incluem múltiplas reivindicações (ex. questões sanitárias, reconhecimento enquanto trabalhadores, entre outras).

O artigo **“A RELEVÂNCIA DA PAZ POSITIVA PARA ENFRENTAR DESAFIOS SOCIAIS: O PÓS-ACORDO DE PAZ E A PANDEMIA DA**

COVID-19 NA COLÔMBIA", de Fabrício Chagas-Bastos, Professor Assistente e Marie Skłodowska-Curie Fellow na Universidade de Copenhaga (Dinamarca), e Lina Chaparro, doutoranda em Ciência Política na Universidad de los Andes (Colômbia), examina a relação entre justiça transicional e proteção social. O artigo mostra que o conflito vivido na Colômbia durante décadas causou fraturas profundas na sociedade e argumenta que os mecanismos de justiça transicional desempenham um papel importante no tratamento de vulnerabilidades socioeconômicas e na promoção de desenvolvimentos em matéria de proteção social, dois fatores relevantes para assegurar uma paz duradoura. Os autores alertam ainda para os efeitos negativos da pandemia no bem-estar dos colombianos e também na implementação dos mecanismos de justiça de transição.

Ainda sobre a Colômbia, Cristián Rodríguez Olaya, pesquisador da Universidade Veracruzana (México), contribui com o artigo **"SISTEMA COLOMBIANO DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS"**. O autor discute a intensidade da intersectorialidade em programas sociais. Para tanto, debruça-se sobre três programas inseridos no sistema de proteção social colombiano – *Familias en Acción*, *Red Unidos* e *De Cero a Siempre*. Da análise combinada de diferentes variáveis, conclui-se que o grau de integração destes programas é médio-baixo e que, além de estar expressa nos desenhos dos programas, para que a intersectorialidade esteja efetivamente presente é necessário combinar fatores políticos e técnicos.

A quinta contribuição é da autoria de Alexandre Sampaio Ferraz, economista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (Brasil). O artigo intitula-se **"O INSEGURO DESEMPREGO NA AMÉRICA DO SUL"**. Nele, o autor debruça-se sobre os déficits de proteção social enfrentados pelos trabalhadores sul-americanos, inseridos em mercados de trabalho caracterizados historicamente pelo seu dualismo e que enfrentam novos desafios impostos pelas atuais transformações no mercado laboral e pela pandemia do COVID-19. O artigo

defende que o modelo de proteção da renda do trabalhador desempregado que combina seguro-desemprego com contas de capitalização individuais - como os que vigoram, cada um com suas especificidades, no Chile e no Brasil - é insuficiente, tanto para assegurar a satisfação das necessidades desse trabalhador, quanto para atuar como política anticíclica em períodos de crises econômicas. Como conclusão, sugere-se a adoção pelos países latino-americanos de uma política de seguro-desemprego e a ampliação de sua cobertura e duração nos poucos países em que já vigora. Ademais, defende-se a criação de uma modalidade de seguro-desemprego complementar à atualmente existente, com benefício definido e desvinculado da demissão de um emprego formal, de modo a atender também os trabalhadores que laboram na informalidade.

O sexto artigo, com o título **“NEOLIBERALIZAÇÃO E DINÂMICAS PREVIDENCIÁRIAS RECENTES NO BRASIL E NO CHILE”** é de Fernanda Pernasetti, doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Grupo de Pesquisa Interinstitucional Futuros da Proteção Social - CEE Fiocruz (Brasil). A autora argumenta que o neoliberalismo é um processo com características distintas consoante o contexto. A análise das mudanças ocorridas no curso das últimas décadas nos sistemas previdenciários brasileiro e chileno apontam para uma aproximação dos dois. No entanto, enquanto o Brasil tem conhecido um apoio crescente ao modelo de capitalização individual de origem chilena, o Chile tem apresentado sinais do esgotamento deste modelo. A autora argumenta que a pandemia contribuiu para o enfraquecimento do sistema chileno, ao passo que as mudanças introduzidas no sistema brasileiro reduziram a capacidade de resposta do sistema e das famílias à crise.

O artigo **“PANDEMIA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NEOLIBERAL: CHILE, UM CASO PARADIGMÁTICO”**, elaborado por Ana Farias Antognini e María Paz Trebilcock, ambas professoras na Universidade

Alberto Hurtado (Chile), explora as medidas colocadas em prática no Chile para responder à crise da COVID-19. Partindo da análise das medidas de emergência e de dados provenientes da *Encuesta Social COVID-19*, as autoras argumentam que a pandemia contribuiu para expor as falhas do sistema de proteção social chileno e que a resposta emergencial ocorreu dentro do marco neoliberal - com medidas mínimas e focalizadas e transferindo para os indivíduos a responsabilidade de assegurar o seu bem-estar. A demanda por apoios é crescente e não atendida, uma vez que permanece vigente o modelo neoliberal, impactando negativamente o bem-estar da população.

Segue-se o artigo **“POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL: DESCONTINUIDADES RECENTES E OS DESAFIOS COLOCADOS PELA COVID-19”** de Sergio Simoni Júnior, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). O autor discute desafios que se colocam à política de transferência de renda na América Latina partindo da análise do caso brasileiro e, mais concretamente, do estudo da implementação do Auxílio Emergencial (AE). A análise de dados sobre o AE por município revela que parte dos beneficiários estava anteriormente fora de registros sociais em razão do desfasamento destes. O autor chama assim a atenção para a necessidade de se ter cadastros atualizados para garantir o bom funcionamento das políticas sociais. Mais ainda, ressalta a importância da articulação entre os diversos níveis da federação tanto no que respeita o desenho quanto a implementação das políticas sociais, de forma a potencializar os efeitos.

Pastor Badillo Flores, doutor em Ciência Política, Administração e Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha), traz-nos um olhar sobre o México no artigo **“O NOVO CENÁRIO DA POBREZA DIANTE DO COVID-19: ESTUDO DE CASO DE TULANCINGO DE BRAVO, MÉXICO (2016-2021)”**. Este artigo dá continuidade a uma investigação iniciada em 2016 com mulheres em situação de pobreza, residentes na localidade de Tulancingo de Bravo, no estado de Hidalgo, e beneficiárias do então em vigor programa de transferência condicionada

de renda “Prospera”. Este trabalho envolveu parte das mulheres previamente entrevistadas e procura entender as estratégias adotadas para lidar com a suspensão do programa Prospera e com a crise pandêmica. A análise dos relatos das entrevistadas nos dois momentos indica que estas mulheres não superaram a condição de pobreza, tendo passado a beneficiárias de outros apoios sociais com o fim do “Prospera”. Entretanto, os impactos da doença e da morte, a redução de renda proveniente do trabalho, somada ao aumento de gastos (ex. de saúde e/ou com a contratação de Internet para frequentar o ensino à distância), atrasos no pagamento dos benefícios pré-existent e escassas medidas específicas para a pandemia (e ausência de informação sobre estas), indicam uma deterioração das condições de vida dessas mulheres.

Integra ainda este Dossiê a resenha **“CAPITALISMO: SEM RIVAIS E NA ENCRUZILHADA”**, elaborada por Tiago Oliveira, pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Trata-se de uma revisão crítica do livro “Capitalismo Sem Rivals, o futuro do sistema que domina o mundo” de Branko Milanovic, publicado em 2020. O livro parte da constatação de que o capitalismo atualmente existente convive com a disputa entre dois modelos de organização, o capitalismo meritocrático liberal e o capitalismo político, para discutir os principais problemas que afligem as sociedades contemporâneas como as desigualdades, as políticas sociais, as migrações, a corrupção e a globalização, assim como propõe medidas para enfrentá-los. A obra, portanto, merece a atenção especial do público oriundo de países latino-americanos, que historicamente se posicionam entre os mais desiguais do mundo.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

DOI: [10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.191898](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.191898)

Recebido em: 28/10/2021

Aprovado em: 28/10/2021

Publicado em: 29/10/2021